

1Doc Tecnologia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	6

1Doc Tecnologia S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.343.063	1.501.599	Fornecedores	9	164.260	85.504
Contas a receber de clientes	5	923.245	521.523	Obrigações e provisões trabalhistas	10	244.897	200.177
Impostos a recuperar	6	162	2.330	Obrigações tributárias	11	266.183	84.898
Outros créditos	7	197.691	34.175	Provisões trabalhistas	10	258.400	142.564
				Outras obrigações	12	49.349	26.821
Total do ativo circulante		3.464.161	2.059.627	Total do passivo circulante		983.089	539.964
Imobilizado	8	203.599	150.954	Total do passivo não circulante		-	-
Total do ativo não circulante		203.599	150.954	Patrimônio Líquido			
				Capital social	13.1	100.000	100.000
				Ações em Tesouraria	13.4	(57.500)	(57.500)
				Reserva de Capital	13.2	4.295.121	4.295.121
				Prejuízos acumulados		(1.652.950)	(2.667.004)
				Total do patrimônio líquido		2.684.671	1.670.617
Total do ativo		3.667.760	2.210.581	Total do passivo e patrimônio líquido		3.667.760	2.210.581

1Doc Tecnologia S.A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Operações Continuadas			
Receita de contratos com clientes	14	8.918.247	4.844.071
Custo dos serviços prestados	15	(4.020.904)	(2.493.499)
Lucro bruto		4.897.343	2.350.572
Despesas com vendas	16	(271.002)	(202.581)
Despesas gerais e administrativas	16	(3.332.856)	(2.516.545)
Outras receitas operacionais		1.664	5
Outras despesas operacionais		(25.046)	(44.562)
Lucro operacional		1.270.103	(413.111)
Receitas financeiras	17	55.267	7.763
Despesas financeiras	17	(8.795)	(11.267)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.316.575	(416.615)
Imposto de renda e contribuição social	18	(302.521)	-
Lucro líquido do exercício		1.014.054	(416.615)

1Doc Tecnologia S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	2021	2020
Resultado do exercício	1.014.054	(416.615)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente Total	1.014.054	(416.615)

1Doc Tecnologia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Nota	Reservas			Ações em tesouraria	Total
		Capital social	de Capital	de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		85.015	3.117.906	(2.240.026)	-	962.895
Aumento de capital social	13.1	14.985	-	-	-	14.985
Ágio na venda de ações	13.2	-	1.177.215	-	-	1.177.215
Ações em tesouraria	13.4	-	-	-	(57.500)	(57.500)
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	(10.363)	-	(10.363)
Resultado do exercício		-	-	(416.615)	-	(416.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		100.000	4.295.121	(2.667.004)	(57.500)	1.670.617
Resultado do exercício		-	-	1.014.054	-	1.014.054
Saldos em 31 de dezembro de 2021		100.000	4.295.121	(1.652.950)	(57.500)	2.684.671

1Doc Tecnologia S.A.
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Resultado do exercício		1.014.054	(416.615)
Ajustes para:			
Depreciação	8	50.838	40.689
Baixa do Imobilizado	8	9.092	28.745
Ajustes de exercícios anteriores		-	(10.363)
		<u>1.073.984</u>	<u>(357.544)</u>
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes	5	(401.722)	(219.524)
Impostos a recuperar	6	2.168	(1.682)
Outros créditos	7	(163.516)	88.712
		<u>(563.070)</u>	<u>(132.494)</u>
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	9	78.756	60.129
Obrigações e provisões trabalhistas	10	160.556	287.449
Obrigações tributárias, imposto de renda e contribuição social	11	483.806	50.292
Outras obrigações	12	22.528	21.347
		<u>745.646</u>	<u>419.217</u>
Recursos provenientes das (usados nas) atividades operacionais		<u>1.256.560</u>	<u>(70.821)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(302.521)</u>	<u>-</u>
Recursos líquidos provenientes das (usado nas) atividades operacionais		<u>954.039</u>	<u>(70.821)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	8	(112.575)	(41.721)
Aquisição de ações em tesouraria	13.4	-	(57.500)
Recursos líquidos usados nas atividades de investimentos		<u>(112.575)</u>	<u>(99.221)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social		-	14.985
Reserva de ágio na emissão de ações		-	1.177.215
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>1.192.200</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>841.464</u>	<u>1.022.158</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.501.599	479.441
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>2.343.063</u>	<u>1.501.599</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>841.464</u>	<u>1.022.158</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A 1Doc Tecnologia S.A., (“1Doc” ou “Companhia”), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 19.625.833/0001-76, tem sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e foi constituída em 28 de janeiro de 2014.

A Companhia tem como objeto social: (i) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; (ii) consultoria em tecnologia da informação; (iii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; (iv) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; (v) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 18 de maio de 2022.

Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas críticas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos a estimativas significativas incluem:

- (i) A análise de recuperação dos valores e determinação da vida útil dos ativos imobilizados (notas 3 e 8);

- (ii) Estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (notas 3.7 e 18);
- (iii) A identificação e valorização da provisão para litígios (nota 3.6);
- (iv) As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos (nota 3.1).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequente mensura ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado da seguinte forma:

(i) *Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado*

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Nesta categoria a Empresa classifica, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Caixa e equivalentes de caixa”, além de “fornecedores e outras contas a pagar.

(ii) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) *Outros passivos financeiros*

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para os dois exercícios apresentados são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos e aparelhos telefônicos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.3 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Provisão de perdas no recebimento de créditos

A política de constituição de provisão de perdas no recebimento de créditos, consiste em reconhecer os títulos vencidos acima de 90 dias para os clientes da iniciativa privada. Para os clientes da área pública, adota-se como critério para o reconhecimento da provisão, os títulos vencidos acima de 180 dias, adotando ainda o efeito vagão. A administração efetua a análise individual da carteira de contas a receber para verificar se não existe nenhuma exceção a premissa inicial, seja para constituição de provisão ou reversão.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras utilizadas na atividade operacional, não sujeitas a risco de mudança significativa de valores e prontamente conversíveis em montante de caixa, no período inferior a 180 dias.

3.5 Provisão para contingências

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Impostos

(i) Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9 % sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados.

O valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e prestação de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e Contribuições		Alíquota
PIS	Programa de Integração Social	0,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%
CPRB	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	4,50%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 R2. Os juros pagos e recebidos são classificados como atividades de financiamento ou investimento, em função do evento gerador.

3.8 Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, cancelamentos e impostos sobre as vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita de contratos com clientes – Receita recorrente

A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes possuem acesso ao software em sua versão mais recente; (ii) manutenção, suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e suporte ao cliente.

A receita recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento são atendidos.

Receita de contratos com clientes – Receita não recorrente

A receita de software não recorrente compreende: (i) licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do software por tempo indeterminados; e (ii) serviços de implantação e customização de softwares, serviços de consultoria e treinamento.

- i. Serviço de licenciamento é reconhecido quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do software e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Empresa.
- i. As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

Prestação de serviços

Em 2020, a receita de serviços é reconhecida à medida em que é efetuada a entrega dos serviços ao cliente, mediante seu respectivo aceite. Em se tratando de contratos com órgãos públicos, faz-se necessário a formalização da entrega e do respectivo aceite para o efetivo reconhecimento da receita. Uma vez atendidos estes requisitos, procede-se o faturamento do serviço, momento este, do reconhecimento da receita.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9 Impactos relacionados à pandemia Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia definiu um plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) adoção da prática de trabalho remoto (home office) para todas suas unidades; e (ii) suspensão das viagens nacionais e internacionais.

A Companhia analisou os impactos decorrentes da pandemia em suas demonstrações financeiras e não identificou distorções relevantes em suas operações para o exercício de 2021.

3.10 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Empresa determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

b) IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguros (CPC 11), emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas

contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa.

c) Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

No exercício de 2021, a Administração considera que não há estimativas que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 Caixa e equivalentes de Caixa e aplicações financeiras

	2021	2020
Bancos Contas correntes	367.229	433.451
Aplicações financeiras	1.975.834	1.068.148
	<u>2.343.063</u>	<u>1.501.599</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de depósitos bancários (CDB), com rendimentos que variam entre 95% e 100% do CDI (62% e 95% do CDI em 31 de dezembro de 2020). As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, não estão sujeitas a risco de mudança de valores.

5 Contas a receber clientes

	2021	2020
Clientes nacionais	923.245	521.523
	<u>923.245</u>	<u>521.523</u>

Os recebíveis são liquidados num prazo médio inferior a 60 dias. Os critérios para constituição de perdas de créditos são baseados na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificado nos últimos anos, ou seja, quando há evidências claras da perda incorrida.

(a) A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

<i>Aging list</i>	2021	2020
A vencer	776.694	439.431
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	89.648	52.332
De 31 a 60 dias	12.855	26.219
De 61 a 90 dias	6.918	3.052
De 91 a 180 dias	2.044	489
De 181 a 360 dias	25.306	-
Acima de 360 dias	9.780	-
	<u>923.245</u>	<u>521.523</u>

A companhia não registrou perdas de créditos esperada no decorrer do exercício, tendo em vista que entende que os valores em atraso serão totalmente recuperados.

6 Impostos a recuperar

	2021	2020
PIS retido na fonte	11	-
COFINS retido na fonte	52	-
IRRF a compensar (i)	82	1.300
CSLL a compensar (i)	17	271
IRRF s/ aplicações financeiras	-	759
Total	<u>162</u>	<u>2.330</u>

- (i) Os valores a compensar de IRPJ e CSLL de 2021 referem-se às retenções na fonte sobre as receitas de serviços efetuadas em 2020.

7 Outros créditos

	2021	2020
Adiantamentos diversos	120.240	6.627
Adiantamento a fornecedores	45.855	22.173
Adiantamento de férias	23.242	5.375
Seguros	2.435	-
Assinaturas e anuidades	5.919	-
Total	197.691	34.175

8 Imobilizado

	Móveis e utensílios	Computadores e Periféricos	Total
Taxa média anual de depreciação	10%	20%	
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	3.873	174.794	178.667
Adições	-	41.721	41.721
Baixas	-	(28.745)	(28.745)
Depreciação	(430)	(40.259)	(40.689)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2020	3.443	147.511	150.954
Adições	-	112.574	112.574
Baixas	-	(9.091)	(9.091)
Depreciação	(430)	(50.408)	(50.838)
Saldo líquido de 31 de dezembro de 2021	3.013	200.586	203.599

Para o exercício de 2021 não houve nenhuma capitalização originada por empréstimos ou financiamentos que poderiam ter gerado algum tipo de custo financeiro para a empresa.

9 Fornecedores

	2021	2020
Comissões a pagar	-	12.993
Computadores e periféricos	3.566	-
Consultorias a pagar	3.728	27.260
Feiras e eventos	45.000	-
Serviços de terceiros	95.707	33.840
Outros fornecedores a pagar	16.259	11.411
	164.260	85.504

10 Obrigações trabalhistas

	2021	2020
Salários a pagar	184.772	130.670
INSS a recolher	36.198	55.936
FGTS a recolher	23.926	13.421
Contribuição sindical a pagar	-	150
Provisão de férias	258.401	142.564
	503.297	342.741

11 Obrigações tributárias

	2021	2020
ISS a recolher	24.680	13.536
PIS a recolher	8.160	4.406
COFINS a recolher	37.762	20.324
INSS s/ faturamento a recolher	56.167	-
IRPJ a recolher	49.370	-
CSLL a recolher	19.042	-
IRRF a recolher	67.866	43.592
Outras contribuições	3.136	3.040
	266.183	84.898

12 Outras obrigações

	2021	2020
Adiantamentos de clientes	-	1.080
Despesas com cartão Visa Santander	20.626	1.666
Despesas com cartão Mastercard	28.723	24.075
	49.349	26.821

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é composto por 100.00 (cem mil) ações, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país.

	Quantidade de ações	Capital (R\$)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	90.396	85.015
Aumento de Capital	9.604	9.604
Capital integralizado	-	5.381
Saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2021	100.000	100.000

Todas as ações emitidas, estão integralizadas.

A 1Doc Tecnologia S.A tem as seguintes classes de ações:

Ações Ordinárias	95.000
Ações Preferenciais	5.000

No exercício de 2020, a 1Doc Tecnologia S.A emitiu novas ações, sendo 7.604 ações ordinárias e 2.000 ações preferenciais, no montante de R\$ 9.604 destinado à conta de capital social e R\$ 1.177.215 destinado à conta de Reserva de Ágio na Emissão de Ações. Os acionistas preferencialistas não terão direito a voto e terão prioridade no reembolso de capital.

13.2 Reserva de capital

O grupo de Reservas é composto pela Reserva de Ágio na Emissão de Ações e seu saldo soma o montante de R\$ 4.295.121 em 2020 e 2021.

13.3 Remuneração aos acionistas

O estatuto social da Companhia determina que os lucros auferidos devem ser distribuídos aos acionistas proporcionalmente a quantidade de suas ações.

A Companhia poderá distribuir 25% dos lucros após a compensação de prejuízos acumulados, constituição da reserva legal e outras destinações previstas em seu estatuto.

Durante o exercício de 2021 não houve distribuição de lucros em função da Companhia apresentar prejuízos acumulados.

13.4 Ações em tesouraria

A Companhia adquiriu no exercício de 2020 o total de 1.000 (mil ações) ações ao custo de R\$ 57.500 para manutenção em tesouraria.

	2021	2020
(-) Ações em Tesouraria	(57.500)	(57.500)
	<u>(57.500)</u>	<u>(57.500)</u>

14 Receita de contratos com clientes

	2021	2020
Receita bruta	9.925.789	5.133.940
Deduções da receita	(1.007.542)	(289.869)
Receita de contratos com clientes	<u>8.918.247</u>	<u>4.844.071</u>

15 Custos

	2021	2020
Mão de obra	(2.040.606)	(775.657)
Gastos com viagens	(72.412)	(34.011)
Serviços de terceiros	(118.876)	(493.835)
Aluguel de <i>data center</i>	(1.123.111)	(783.412)
Licenças, assoc. e mensalidades para uso de <i>software</i>	(151.443)	(266.634)
Infraestrutura de TI	(506.443)	(126.534)
Outros custos	(8.013)	(13.416)
Total	<u>(4.020.904)</u>	<u>(2.493.499)</u>

16 Despesas operacionais

	2021	2020
Despesas com vendas		
Assessoria e consultoria	(46.458)	(12.947)
Advocacia	-	(22.233)
Comissões s/ vendas	(224.544)	(167.401)
	<u>(271.002)</u>	<u>(202.581)</u>

Despesas gerais e administrativas	2021	2020
Despesas com pessoal	(2.210.894)	(1.672.040)
Despesas com instalações físicas	(11.961)	(4.515)
Despesas de TI e comunicação	(142.736)	(162.434)
Despesas com viagens	(136.857)	(67.792)
Despesas com serviços de terceiros	(195.585)	(367.790)
Despesas de marketing	(507.232)	(185.433)
Outras despesas	(127.591)	(56.541)
	<u>(3.332.856)</u>	<u>(2.516.545)</u>

17 Resultado financeiro

	2021	2020
Rendimentos de aplicação financeira	53.076	6.876
Juros ativos	956	806
Descontos obtidos	829	80
Juros (SELIC) sobre impostos a compensar	406	1
Receitas financeiras	<u>55.267</u>	<u>7.763</u>
Despesas com tarifas bancárias	(7.929)	(6.258)
Juros/Multas s/ imp. Cont. atraso	(433)	(1.611)
Juros de demais taxas	(213)	(143)
Multas fiscais punitivas	(220)	(3.255)
Despesas financeiras	<u>(8.795)</u>	<u>(11.267)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>46.472</u>	<u>(3.504)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

Composição das despesas do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.316.575
Outras adições/exclusões temporárias	(7.833)
Compensação do prejuízo fiscal	<u>(418.975)</u>
Base de cálculo para o imposto de renda e contribuição social após a compensação com prejuízo fiscal	889.767
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(302.521)

19 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Os valores contábeis dos principais ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	2.343.063	1.501.599
Contas a receber de clientes	923.245	521.523
Fornecedores	(164.260)	(85.504)
	<u>3.102.048</u>	<u>1.937.618</u>

b. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Companhia os quais podem provocar alterações nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente essas oscilações.

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

e. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e/ou danos à reputação da Companhia.

A responsabilidade primaz para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas e se aproximam de seu valor justo.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e outras contas a pagar – Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

f. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Para gestão do capital, a administração efetua o acompanhamento dos seguintes indicadores:

Grau de endividamento

Capital circulante líquido e índice de liquidez corrente

Avaliação das disponibilidades de caixa no curtíssimo prazo

20 Partes relacionadas

Em 2021, foi pago a título de remuneração aos Administradores da Companhia o montante de R\$ 518.000.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Diretoria executiva	Diretoria executiva
Número de membros	2	2
Número de membros remunerados	2	2
Valor anual da remuneração individual	259.000	465.000

Em 01/2020 um(a) dos(as) acionistas se retirou da diretoria executiva da companhia recebendo remuneração apenas em janeiro.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Diretoria executiva	Diretoria executiva
Remuneração	518.000	465.000
Encargos	-	93.000
	<u>518.000</u>	<u>558.000</u>

Em 2020, a 1Doc não optou pela desoneração da folha de pagamento, recolhendo a contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha de pagamento, em detrimento da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB). Em 2021, a 1Doc optou pela desoneração da folha de pagamento recolhendo a contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), desta forma não há incidência de encargos por parte da empresa.

* * *

Jaison Niehues
Diretor

Kellen Cristina Weigert
Contadora CRC/PR-062660/O



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0DED-185A-1D0C-8159

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KELLEN CRISTINA WEIGERT (CPF 054.XXX.XXX-10) em 07/06/2022 08:22:32 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JAISON NIEHUES (CPF 049.XXX.XXX-75) em 07/06/2022 23:17:59 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC LINK RFB v2 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://softplan.1doc.com.br/verificacao/0DED-185A-1D0C-8159>